4º COMPÚBLICA
UMA AGENDA PARA A CIDADANIA

Caminho ao Conhecimento: Como o Paraná Local2030 *Hub* ampliou a divulgação de boas práticas locais em nível internacional

Danilo Kleyton da Rocha (Governo do Paraná, danilo.sgdes@ccivil.pr.gov.br)

Maria Eduarda Gomes Bortoni (Governo do Paraná, mariabortoni.sgdes@ccivil.pr.gov.br)

RESUMO

Pautados por um interesse compartilhado, a Agenda 2030 norteia diferentes atores, nacionais e internacionais, a conversarem sobre uma linguagem comum. O Paraná Local2030 *Hub* não é apenas o reconhecimento do Governo do Estado do Paraná enquanto região de excelência na localização dos ODS, é também o guarda-chuva responsável pelo agrupamento e disseminação de boas práticas de desenvolvimento sustentável locais a nível internacional, para que estas sejam integradas a relatórios globais do eixo temático. Sendo a comunicação pública o principal modelo para o desenvolvimento de estratégias de natureza transversal dentro de um processo de *advocacy*, sua principal valência de propagação não é seu processo fim, mas seu processo meio: comunicar.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável; *Advocacy*; Comunicação Transversal; Paradiplomacia.

Road to Knowledge: How the Paraná Local 2030 Hub has enhanced the dissemination of local best practices on an international level

ABSTRACT

Driven by a shared interest, the 2030 Agenda guides both national and international stakeholders to engage in dialogue using a common language. The Paraná Local2030 Hub is not only the Paraná State Government's recognition as a region of excellence in the implementation of the SDGs at the local level, it also serves as the umbrella organization responsible for compiling and disseminating local best practices in sustainable development at the international level, so that these can be integrated into global reports on the thematic area. Since public communication is the primary model for developing cross-cutting strategies within an advocacy process, its main value lies not in its end result but in its means: communication itself.

Keywords: Sustainable Development; Advocacy; Cross-cutting communication; Paradiplomacy.

1. Introdução

Em 2026, a humanidade esgotou os recursos naturais que o planeta é capaz de regenerar ao longo de todo o período anual antes mesmo da volta ao sol completar oito meses. O Dia da Sobrecarga da Terra de 2026 foi atingido em 30 de julho, evidenciando a

crescente pressão exercida pelas atividades humanas sobre os recursos naturais do planeta (WWF Brasil, 2026).

A transformação climática à qual o planeta Terra foi e segue sendo submetido, especialmente em decorrência da interferência e da atividade humana, exige constante adaptação das dinâmicas sociais, econômicas e intergovernamentais. Esse cenário demanda a formulação de políticas públicas eficientes, capazes de conter os impactos negativos decorrentes da ação humana sobre o meio ambiente e de promover um modelo de desenvolvimento próspero, equilibrado e sustentável, sem afastar os princípios normativos que orientam a compatibilização entre progresso econômico, bem-estar social e preservação ambiental.

Tais dinâmicas são lideradas principalmente pela Organização das Nações Unidas (ONU), que emprega um papel de liderança multilateral, universal e como proponente de transformação, construindo diretrizes comuns e recomendações gerais que são interpretadas na forma de Agendas Internacionais. Essas, por sua vez, exigem principalmente dos setores público e privado das sociedades a necessidade de guiar seus tomadores de decisões para serem orientadas por tais normativas.

Dentro de uma contextualização temporal e teórica, o conceito de desenvolvimento sustentável, como se compreende sendo aplicado nos dias atuais, foi utilizado pela primeira vez[1] em registros oficiais no documento *Our Common Future* — também conhecido por Relatório de Brundtland, de 1987, apresentado durante a Assembleia Geral da ONU pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED, em inglês), sendo definido como "aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atender às suas próprias necessidades" (ONU, 1987, p. 54). É sobre esse conceito que as Agendas para desenvolvimento sustentável estão norteadas, e é nessa perspectiva que reside a Agenda 2030 para desenvolvimento sustentável.

Nesse cenário de crescente cooperação multilateral voltada à preservação ambiental, a realização da Rio 92[2], impulsionou a criação da Agenda 21, que serviu de arcabouço

[1] Embora o conceito de desenvolvimento sustentável já tenha sido abordado de maneira institucional por outras organizações, é a partir da formalização deste documento que cria-se uma agenda capaz de mensurar esforços comuns e alinhados sob o olhar de uma organização internacional.

[2] A Rio 92, também conhecida como Cúpula da Terra ou ECO-92, foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento que reuniu líderes de 179 países entre outros milhares de atores do sistema internacional com o objetivo de estabelecer estratégias e planos de cooperação internacional para a garantia de

conceitual para o estabelecimento, nos anos 2000, dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) pela ONU. Estruturados em oito conjuntos de metas mensuráveis direcionadas a mitigar clivagens socioeconômicas (GRACE; INSTITUTO ETHOS, 2005, p. 5, apud FERNANDES, 2018, p. 106), os ODM consolidaram a governança da agenda sustentável ao longo dos 15 anos seguintes.

Após o estabelecimento dessa governança e com a adesão significativa de entes do sistema internacional nos 15 anos prévios utilizando tais Objetivos como ferramenta de mudança, no dia 25 de setembro de 2015 a Assembleia Geral e os 193 estados membros da ONU adotaram a reformulação dos ODM pelos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Estes se se ramificam em 169 metas que atingem os eixos econômicos, sociais e ambientais do mundo inteiro por meio da colaboração e articulação multissetorial, multilateral e engajada através de métricas estratégicas para medir seu avanço global.

Esses Objetivos inscrevem-se na Agenda 2030 para a Sustentabilidade sob o tema "Transformando o nosso mundo" (ONU, 2015), estágio atual de incentivo à aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável estabelecido em 1967.

Pautada pelo compromisso de ação colaborativa global e pela premissa de "não deixar ninguém para trás" (ONU, 2015), a Agenda 2030 estrutura-se no funcionamento em quádrupla hélice, no qual diferentes setores da sociedade atuam conjuntamente para construir soluções sustentáveis. "Esta Agenda é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade." (ONU, 2015). Essa é a frase que abre o preâmbulo da resolução que estabelece a criação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Isso pode ser exemplificado na metamorfose evolutiva dos ODM para os ODS: um organismo internacional (nesse caso, a ONU), agindo como ator de governança e "demandante" apresenta uma ferramenta de mudança de perspectiva de adesão voluntária. Para que esta funcione, é necessário componentes (neste caso, países ou estados) que retroalimentam tal ferramenta, construindo evidências científicas (nesse caso, seus setores econômicos, acadêmicos, construtores de políticas públicas ou somente civis, como avaliadores de tais evidências) para mensuração do avanço da ferramenta e seu próprio, e ao

---

um processo de desenvolvimento socioeconômico em harmonia com o meio ambiente de forma a reduzir os impactos danosos da ação humana sobre a natureza, assegurando a manutenção dos recursos naturais para as gerações presentes e futuras.

realizá-lo, faz dessa bem-aventurança um modelo replicável e compartilhável para seus demais. Essa perspectiva de organização basicamente explica o modelo de funcionamento em quádrupla hélice: todos os setores de um ator nacional ou subnacional trabalham de forma colaborativa para construir uma solução comum.

Foi observando tal organização e em paralelo à formulação das estratégias globais voltadas à implementação da Agenda 2030 que o Estado do Paraná iniciou a construção de uma estratégia própria de localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em seu território. Gestionado pelo Conselho Estadual sobre Desenvolvimento Econômico e Social (CEDES), uma estrutura fixa de Governo, viu-se na Agenda 2030 uma possibilidade de envolvimento internacional combinado ao perfil histórico produtivo e agrícola paranaense em desenvolver um ambiente favorável para o acolhimento dos princípios conceituais do desenvolvimento sustentável através dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A partir desse movimento, o Paraná passou a se consolidar como referência nacional não apenas em razão de sua diversidade cultural e riqueza ambiental, mas também por seu protagonismo na articulação institucional entre diferentes esferas de governo, especialmente por meio da Estratégia Paraná de Olho nos ODS, desenvolvida desde 2016. Esta, busca através do alinhamento institucional entre todas as esferas governamentais, promover a aplicação e interpretação dos Objetivos de Desenvolvimento sob uma ótica localizada para aplicação dentro de seu próprio território, com um trabalho cujo resultado final deve ser o desenvolvimento de políticas públicas sob uma ótica de trabalho integrado à sua quádrupla hélice.

É no meio desse caminho que nasce o Paraná Local2030 *Hub*, uma estrutura de governança intermediária que atua sob olhar direto da Coalizão Local 2030, a plataforma oficial da ONU que gestiona as ações relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e monitora boas práticas à nível internacional com o objetivo de compartilhamento de experiências entre *Hubs*, e ponto motriz do desenvolvimento do presente artigo.

2. Metodologia

A presente pesquisa é caracterizada como qualitativa, desenvolvida a partir de um estudo de caso sobre a atuação do Paraná Local2030 *Hub* na identificação, mobilização e divulgação local e internacional de boas práticas relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030. A abordagem se faz coerente com os procedimentos de natureza exploratórios-descritivos na compreensão de processos institucionais e os meios de engajamento e articulação multinível e multissetorial empenhadas pelo estado no âmbito da estratégia *Road to: The Local Way.*

Como parte do processo metodológico, foi utilizado pesquisa documental, considerando documentados orientadores da Coalizão Local2030, como nota conceitual, proposta de agenda e sugestão de relatório, como também registros e informações decorrentes do planejamento e realização das oficinas.

Com a adoção da metodologia supracitada, foi permitido analisar não apenas os resultados quantitativos derivados das ações do Paraná em uma estratégia global, mas também compreender a mobilização e convencimento por trás de cada engajamento que contribuiu para ampliar a visibilidade internacional das experiências paranaenses.

3. Desenvolvimento

Estando posicionado entre as cinco maiores economias do Brasil (IBGE, 2022), sendo responsável por 6,4% do produto interno bruto (PIB) do país, e casa de mais de 11 milhões de habitantes, o Estado vem consolidando uma trajetória de compromisso na promoção do desenvolvimento sustentável através dos ODS como ferramenta de criação de políticas públicas (OCDE, 2021, p. 14) para superar seus desafios internos.

“O estado do Paraná, um dos estados mais populosos e desenvolvidos do Brasil, vem alinhando suas políticas públicas ao desenvolvimento sustentável desde a década de 1990[...].” (OCDE, 2021). É entendendo seu posicionamento, que governos subnacionais têm redefinido seus passos com o passar dos anos, mas não como algo inusitado: a paradiplomacia desponta como uma ferramenta de atuação internacional e, por consequência, de fortalecimento de territórios considerando o crescimento de entraves entre as nações e discussões acerca da conjuntura política global, gerando como resultado a internacionalização

de políticas ao possibilitar oportunidades e melhor aproveitamento de relações estabelecidas por princípios, diretrizes e convenções (FRÓIO et al., 2023).

> "É a lógica da profissionalização e estabelecimento de um corpo técnico para conduzir as políticas de caráter internacional. Além disso, um modelo institucional difuso e multissetorial, em que a paradiplomacia é realizada por diversos órgãos, pode gerar uma falta de diálogo e de coordenação das políticas em andamento. Em grande medida, a existência de um órgão específico de relações internacionais torna o ente subnacional mais preparado para lidar com instituições internacionais e atrair oportunidades do que ser atraído por essas instituições" (Froio et al. 2023 apud Froio e Medeiros, 2020, p. 317).

Considerando a necessidade de criação de um ambiente propício às tratativas correlatas ao desenvolvimento sustentável, mais especificamente com a Agenda 2030, em 2016 o estado adota oficialmente os ODS como metas norteadoras. No mesmo ano, a institucionalização do compromisso com a Agenda foi atribuída ao CEDES[3], que tinha como função aprovar e acompanhar o Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDS), a proposição de medidas destinadas ao aprimoramento da atuação do Governo do Estado nas esferas econômica e social, de modo a contribuir para a efetividade das políticas públicas e para a promoção do desenvolvimento e da qualidade de vida da população e no fortalecimento da comunicação com diferentes setores, governamentais e não, ou seja, a destinação de um órgão colegiado responsável pela gestão e encaminhamento da pauta com uma visão de longo prazo prioritária estabelecida pelo governo (PARANÁ. 2016).

Com a atuação integrada do Conselho, foi iniciada à elaboração do projeto "Paraná de Olho nos ODS", iniciativa que contou com a participação ativa do Tribunal de Contas do Estado. O principal objetivo do projeto é abordar de maneira inovadora e integrada, nos níveis subnacionais e locais, a implementação da Agenda, considerando a articulação com diferentes parceiros interessados, a formação de capacidades para o planejamento, elaboração de mecanismos de avaliação e monitoramento das políticas públicas, isto é, criar o espaço e condições adequadas para a localização dos ODS (PARANÁ, 2018).

O avanço do projeto culminou, em 2019, no estabelecimento do "Paraná de Olho nos ODS" como uma estratégia governamental voltada ao alinhamento das políticas públicas com

[3] Órgão de alto nível de assessoramento do Governador do Estado, no exame de assuntos de relevância para o Estado do Paraná de acordo com Decreto 1311 - 02 de Agosto de 1983

a Agenda 2030 (PARANÁ, 2024). Ainda em 2019, o CEDES estabeleceu uma parceria pioneira no Brasil ao inserir o Paraná como o único estado brasileiro participante do programa "Uma Abordagem Territorial Para os ODS", promovido pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O principal resultado dessa cooperação foi a elaboração de um relatório de análise sobre como o estado vinha incorporando a Agenda em políticas públicas e apresentação de sete recomendações de como amplificar a abordagem local (OCDE, 2021).

3.1 Do Global ao Local

"Pensar globalmente e agir localmente" (UNITED NATIONS, 1992, cap. 28). O slogan que ganhou forças após o lançamento da Agenda 21 durante a ECO-92 parte da premissa de que as cidades são os espaços mais próximos da realidade, seja das soluções ou dos desafios do dia a dia. Com o decorrer das décadas, o sistema ONU definiu uma estratégia a ser adotada em prol da localização dos ODS, a Coalizão Local2030. Catalisada pela Secretária-Geral Adjunta, Amina J. Mohammed, e liderada pelo *UN Habitat* e *UNECE* a plataforma, é um ponto de convergência entre a sociedade civil organizada, setor público, academia, setor privado e juventude, além da integração com organismos e agências do sistema ONU e demais interessados. O principal objetivo é o fortalecimento da cooperação multinível e multissetorial, promovendo confiança, compartilhamento de conhecimentos e inovação para acelerar o avanço dos ODS e impulsionar transformações sustentáveis em nível local (LOCAL2030 COALITION, 2021). Efetivamente, considera-se como papel dos membros eleitos, parceiros e representantes da coalizão as seguintes áreas atuação:

> 1. Garantir o envolvimento contínuo das partes interessadas locais na concepção e implementação das agendas de desenvolvimento, adaptando os processos globais às realidades locais; 2. Desenvolver capacidades no sistema das Nações Unidas e fora dele para integrar a localização e acelerar os ODS; 3. Ampliar ações inovadoras contextualizadas e soluções de financiamento, aumentando o impacto local para a transformação territorial; 4. Aprimorar a análise de dados e subsidiar o diálogo multissetorial e em vários níveis para a revisão coletiva dos processos de desenvolvimento sustentável (UN Habitat, 2026).

Como parte da abordagem de engajamento contínuo com diferentes atores, voltadas à identificação, conexão e ampliação de soluções inovadoras e adaptáveis a diferentes contextos, a Coalizão desenvolveu uma iniciativa destinada a mobilização de cidades, estados e regiões na identificação de experiências que apresentem resultados concretos e que tenham potencial de adaptação e replicação em outros territórios: a estratégia *Road to: The Local Way*. Por meio das consultas realizadas por cada território, a Coalizão pôde apresentar, entre junho de 2025 e julho de 2026[4], quatro relatórios em grandes conferências globais[5] com soluções que reforçam o nível local como ponto de partida e não apenas como executor de decisões tomadas em âmbito global. A Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (UNECA, 2026) enfatiza que "as consultas regionais têm como objetivo destacar as perspectivas territoriais e apresentar soluções com base local que possam contribuir para os debates globais" (tradução nossa).

> Por meio da publicação do relatório "Road to Seville: The Local Way" em junho de 2025, essas soluções foram apresentadas publicamente durante as negociações da FfD4 em Sevilha e serviram de base para o lançamento da Plataforma de Ação de Sevilha (SPA) e seus 10 compromissos específicos para fortalecer o financiamento do desenvolvimento local. Com base nesse sucesso, a abordagem "Road To" da Local2030 foi expandida para outros processos, incluindo a "Road to WSSD2" e a "Road to Belém" rumo à COP30. Sua replicabilidade entre regiões demonstra seu valor como uma metodologia escalável para a localização sistêmica (UN Habitat, 2026, p.187, tradução nossa)

Como membro da rede Local2030, o estado do Paraná foi convidado a contribuir com os *Road to's* por meio da realização de oficinas e consultas locais. O processo de concepção e organização desses espaços de consulta ficou a cargo do Núcleo de Projetos Internacionais da SGDES, em consonância com suas atribuições de coordenação técnica do Paraná Local2030 *Hub* e de articulação com diferentes atores da quádrupla hélice paranaense.

O desenvolvimento de cada oficina seguiu um processo semelhante. A descrição do processo apresentado a seguir foi elaborada com base na análise de documentos internos e no acompanhamento dos procedimentos adotados pela equipe responsável. A etapa inicial consiste no recebimento e análise de documentos norteadores, tais como a nota conceitual,

[4] O recorte temporal relatado no presente artigo leva em consideração as atividades executadas apenas nas datas supracitadas.

[5] As soluções foram apresentadas na Quarta Conferência sobre Financiamento para o Desenvolvimento (Ffd4); na Segunda Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (WWSD2); na 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30) e no 13º Fórum Urbano Mundial (WUF13).

sugestão de agenda, modelo de relatório e formulário de engajamento, posteriormente compartilhado com atores envolvidos. A partir da análise da nota conceitual e da definição do objeto da oficina, a equipe realiza o mapeamento de iniciativas correlatas à temática da conferência na qual o relatório subsequente será apresentado. A principal finalidade desta etapa é identificar soluções inovadoras que apresentem resultados satisfatórios em suas respectivas áreas de atuação, de modo a promover por meio da oficina do *Hub*, não apenas sua visibilidade no âmbito estadual, mas também o fortalecimento de conexões locais.

É importante ressaltar que, embora as regiões recebam diretrizes do Secretariado da Coalizão, cada uma dispõe de autonomia para definir às estratégias de implementação das oficinas, sendo possível a realização no formato presencial, remoto ou ainda, pela coleta de informações via formulário, sem necessidade de um evento aberto ao público. Prezando pelo princípio da integração não apenas dos participantes, as oficinas realizadas pelo Paraná Local2030 *Hub*, quando pertinente, foram incorporadas em atividades previamente estabelecidas no âmbito estadual. Um exemplo foi a oficina *Road to Belém,* que, com o objetivo de evitar sobreposições de temas e garantir um público mais engajado na temática de mudanças climáticas, foi realizada no âmbito do evento "Investindo em resiliência: resiliência, ODS e emergência climática", promovido pela Defesa Civil do estado do Paraná. A iniciativa foi marcada pelo compartilhamento de desafios e soluções por parte da academia e do setor privado em uma transmissão nos canais oficiais de comunicação da Defesa Civil.

Foto 1: Participantes da oficina *Road to Belém*



Fonte: Defesa Civil, 2025

Outro exemplo de utilização de espaço, foi a realização do *Road to Baku* como parte da "III Conferência Internacional sobre os ODS: Da Pesquisa à Ação". A oficina, cujo tema e

objetivo eram relacionados com alternativas sobre moradia e mudanças climáticas, foi realizada em formato de painel durante o evento promovido pela SGDES, em parceria com a Fundação Araucária e Coalizão Local2030, em março de 2026, em Curitiba. A sessão contou com a participação de representantes do setor privado e do setor público municipal e estadual.

Foto 2: Painelistas da sessão *Road to Baku*



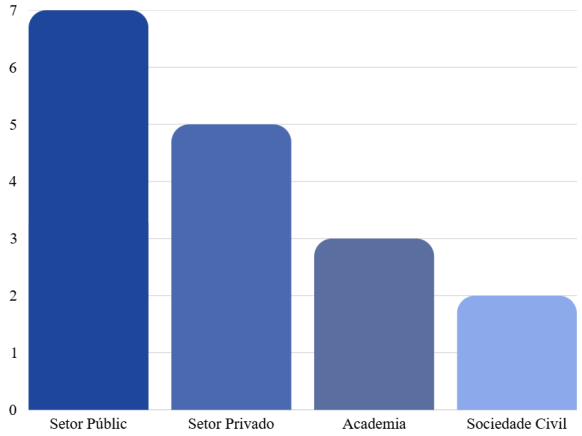
Fonte: SGDES, 2026

Todas as oficinas foram desenvolvidas a partir de um processo de mobilização de especialistas e instituições estratégicas, conforme tema prioritário definido em consonância com a Agenda 2030, além da elaboração de perguntas norteadoras e construção do formulário de coleta de informações. Como resultado inicial dos *Road To's*, os dados coletados foram sistematizados em relatórios técnicos, elaborados em português e inglês e posteriormente publicados no site da Superintendência[6], com o objetivo de garantir maior transparência e acessibilidade às informações produzidas. Paralelamente à publicação nos canais oficiais, esses relatórios foram submetidos à avaliação e seleção pelo Secretariado da Coalizão. A seleção das iniciativas com potencial de incorporação ao relatório global da Coalizão considerou critérios como pertinência temática, inovação, replicabilidade, impacto territorial e representatividade regional.

[6] Durante a elaboração do presente artigo e em cumprimento à Lei Federal n° 9.504/1997, os perfis da Superintendência Geral de Desenvolvimento Econômico e Social estão temporariamente suspensos desde 4 de julho de 2026, até o encerramento das eleições, contudo, os relatórios supracitados poderão ser acessados no site da SGDES após o fim deste período.

Ao longo de 18 meses, o total de 21 iniciativas foram cooptadas para participação nas oficinas locais, dessas, 17 boas práticas foram selecionadas pelo secretariado da Coalizão para serem incorporadas nos relatórios globais. Conforme o gráfico abaixo, elaborado a partir de dados coletados nos relatórios publicados pela Coalizão Local2030, o maior engajamento é o do primeiro setor, seguido pelo setor privado. O que apesar de caracterizar um sucesso na localização da estratégia internacional, também demonstra um potencial de crescimento e maior aproveitamento no que tange a academia e a sociedade civil organizada.

Gráfico 1: Setores das boas práticas paranaenses incorporadas em relatórios globais



Fonte: Elaboração própria (2026)

Considerando que o principal objetivo do Coalizão é acelerar a localização dos ODS a partir da divulgação do que já está em andamento nos territórios, a datar das boas práticas selecionadas e publicadas, cabe ao público alvo, composto por líderes políticos, tomadores de decisões, técnicos e representantes, avaliar as experiências desenvolvidas em diferentes contextos e identificar aquelas que valem ser adaptadas e replicadas em suas realidades regionais. Partindo do entendimento de que *advocacy* é um conjunto de estratégias elaboradas para conscientização em prol de mudanças em uma determinada política pública, baseando-se sempre em evidências e com engajamento de diferentes atores, pode-se então inferir que a comunicação é uma das formas mais exitosas de alcançar mudanças reais (BUZZONI, 2022).

4. Considerações finais

Confrontando realidades distintas, em 1969, o meteorologista americano Edward Lorenz estruturou e criou o conceito de sensibilidade às condições iniciais, ou como conhecemos, o efeito borboleta. “Um simples bater de asas de uma borboleta na altura dos polos pode desencadear pressões de ar capazes de produzir furacões no outro lado do mundo” (BUZZONI, 2022). Em outras palavras e aplicando essa teoria à realidade deste trabalho, é coeso afirmar que, por mais irrisório e pequeno que seja uma ação, ela pode ter um impacto e acarretar mudanças significativas em determinados lugares.

É com esse conceito que todo o trabalho, desde organização e seleção de participantes até a elaboração do relatório local que o trabalho do Paraná Local2030 *Hub* é amparado. O elemento mais visível dessa iniciativa é o fomento a espaços de troca e visibilidade, a demanda por trocas multissetoriais e multiníveis pautadas pela mesma prerrogativa e a quebra de paradigma organizacional por uma orientação global. Trata-se de uma dimensão transversal que atravessa comunicação, mesmo quando não é explicitamente reconhecida como tal (BIAZÃO, 2026) revelando que tal comunicação opera como agente de natureza estratégica de *advocacy,* viabilizando e potencializando as transformações regionais.

Durante o evento regional *Acting Together for the SDG’s,* promovido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Diretora Mirjana Spoljaric (2019) reforçou que a Agenda 2030 não é a solução final, mas sim uma linguagem comum que permite comunicar, ultrapassando fronteiras culturais e geográficas, desafios que estão em incessantes mudanças. Nessa perspectiva, a Agenda 2030 é epistemologicamente “glocal” ao combinar “abordagens, visões e ações globais e locais por meio de seu duplo enfoque tanto nos objetivos globais quanto em sua necessária implementação localizada” (FULGENZI, 2024, tradução nossa).

Como última análise, é seguro afirmar que ao incorporar diretrizes globais ao compromisso territorial, o Estado do Paraná consolida uma experiência pioneira de governança subnacional e redefine o papel da comunicação pública, deixando esta de ser um mero recurso propagador de ações de governança para se afirmar como ferramenta estratégica de cooperação e *advocacy*. Como contribuição ao conceito de desenvolvimento sustentável proposto em 1967, é por meio do Paraná Local2030 *Hub* e da estratégia *Road to: The Local Way* que o estado não apenas amplia sua capacidade de transformação sistêmica, mas

estabelece um modelo inovador capaz de inspirar outros setores, sociedades e territórios pela replicação, pelo exemplo e pela comunicação, seja ela local ou global.

5. Referências

WWF BRASIL. **Dia da Sobrecarga da Terra**. Brasil: WWF Brasil, [s. d.]. Disponível em: https://www.wwf.org.br/nossosconteudos/conceitos_/dia_da_sobrecarga_da_terra/. Acesso em: 7 ago. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral. ***Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future***. Resolução 38/161. Nova York: ONU, 1987. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/139811?v=pdf. Acesso em: 7 ago. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral. ***Transforming our world***: the 2030 Agenda for Sustainable Development. Resolução 70/1. Nova York: ONU, 2015. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/3923923?v=pdf. Acesso em: 7 ago. 2026.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). ***A territorial approach to the Sustainable Development Goals in Paraná, Brazil.*** Publicação da OCDE, Paris, 2021. *OECD Regional Development Papers*, n. 17. Disponível em: https://doi.org/10.1787/a24b52a5-en. Acesso em: 7 ago. 2026.

FERNANDES, Joana Lobo de Mesquita Simões Pires. Desafios e oportunidades para a comunicação das organizações nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **DEDiCA. Revista de Educação e Humanidades,** n. 14, p. 103-117, set. 2018. DOI: https://doi.org/10.30827/dreh.v0i14.7505. Acesso em: 10 ago. 2026

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1992, Rio de Janeiro. **Agenda 21**. Rio de Janeiro: ONU, 1992. Disponível em: https://sdgs.un.org/sites/default/files/publications/Agenda21.pdf. Acesso em: 11 ago. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **PARANÁ**, Panorama, 2022. Disponível em https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/panorama. Acesso em 11 ago. 2026.

FRÓIO, Liliana Ramalho *et al*. **GOVERNOS SUBNACIONAIS E A INTERNACIONALIZAÇÃO DE POLÍTICAS NO NORDESTE BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DAS SECRETARIAS ESTADUAIS**. Boletim de Economia e Política Internacional**,** 2023. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/94cb3879-c008-46fc-86b5-ce4dd6d8c4e7/content. Acesso em: 16 set. 2026.

PARANÁ. Casa Civil do Governo do Estado. **Decreto 4583**, 2016. Disponível em: https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=159453&codItemAto=986864. Acesso em: 12 ago. 2026.

PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado. **Contas do governador**: exercício de 2017: objetivos de desenvolvimento sustentável. Curitiba: TCE-PR, 2018. Disponível em: https://www4.tce.pr.gov.br/contasdogoverno/2017/pdfs/ods.pdf. Acesso em: 13 ago. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ***Local2030 Coalition***, 2021. Disponível em: https://local2030.org/story/view/360. Acesso em: 14 ago. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos. ***Local2030 Coalition***, 2026. Disponível em: https://sdglocalization.unhabitat.org/local2030-coalition. Acesso em: 17 ago. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Comissão Econômica das Nações Unidas para a África. ***The Road to Baku: The Local Way - Regional Consultation towards the 13th World Urban Forum***, 2026. Disponível em: https://www.uneca.org/eca-events/regional-consultation-towards-13th-world-urban-forum. Acesso em: 24 ago. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos. ***Catalogue of Solutions 2026-2029***. Nova Iorque, 2026. Disponível em: https://unhabitat.org/sites/default/files/2026/04/catalogue_of_solutions_2026-2029.pdf. Acesso em: 24 ago. 2026.

BUZZONI, Rachel de Rosso. **A prática de advocacy como estratégia da comunicação política**. São Paulo, 2021. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-08062022-105927/publico/RacheldeRossoBuzzonicorrigida.pdf. Acesso em: 14 set. 2026.

PARANÁ. Governo do Estado. **Plano Plurianual: 2024 - 2027**. Pacto pelo Futuro, 2024. Disponível em: https://www.planejamento.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2024-06/ODS_Agenda_transversal_Livro_PPA_mai_2024%20%281%29.pdf. Acesso em em 16 set. 2026.

PARANÁ. Casa Civil do Governo do Estado. **Decreto 10364**. Curitiba, 2022. Disponível em: https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=260696&indice=1&totalRegistros=1&dt=2%E2%80%A6. Acesso em: 16 set. 2026.

BIAZÃO, Rafael. **Comunicação digital no terceiro setor como área estratégica para *advocacy* e incidência em políticas públicas**. Rio de Janeiro, 2026. Disponível em: https://hdl.handle.net/10438/38637. Acesso em: 17 set. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. ***Regional Director's Speech At The "Acting Together For The SDGs" Conference***. Bratislava, 2019. Disponível em: https://www.undp.org/eurasia/speeches/regional-directors-speech-acting-together-sdgs-conference. Acesso em: 16 set. 2026.

FULGENZ, Matteo. ***Subnational Authorities as Key Global Actors:*** *Glocal Diplomacy in Pursuit of World Peace and Securityin the Prism of the Vision and Goals of the UN 2030 Agenda*. Athena – Estudos Críticos sobre Direito, Filosofia e Globalização, 4(2), 92–168. Itália, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.6092/issn.2724-6299/20344. Acesso em: 17 set. 2026.